

**‘KIAL É O PEIXE GANHADO NA BEIRA DO PORTO’:
A PRÁTICA DE PARTILHAR O PEIXE NA VILA DOS PESCADORES, EM
BRAGANÇA, PARÁ**

***‘Kial is the fish donated on the port’s edge’:
the practice of sharing fish in the Fisherman’s Village community, in
Bragança, Pará***

***‘Kial es el pescado donado en la orilla del puerto’:
la práctica de compartir el pescado en la comunidad Villa de
Pescadores de Bragança, Pará***

Adriana Cecim
Mestra e Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: cecimadriana@gmail.com.br

Áltera, João Pessoa, Número 17, 2024, e01705, p. 1-22.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Este artigo faz reflexões sobre uma prática aparentemente livre realizada por pescadores/as e moradores/as da comunidade Vila dos Pescadores, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, no município de Bragança, litoral do estado do Pará: o *kial*, que se resume aos atos de pedir e doar o peixe na beira do porto no momento do desembarque. Em decorrência da diminuição das safras de espécies mais rentáveis ao mercado, pescadores e pescadoras que trabalham dentro do estuário encontram dificuldades para manter a sua reprodução social. Dessa forma, além de um gesto de solidariedade e ajuda mútua, o *kial* tornou-se, também, uma prática comercial utilizada como estratégia para suprir as dificuldades financeiras desses atores e garantir a sua subsistência frente às intempéries da pesca artesanal.

PALAVRAS-CHAVE:

Antropologia da pesca. RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. Vila dos Pescadores. Pesca Artesanal. Reciprocidade.

ABSTRACT:

This article reflects on an apparently free practice carried out by fishermen, fisherwomen and residents of the Vila dos Pescadores community, Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, in Bragança's town, on the coast state's Pará: the "kial", which can be summed up as the act of asking for and giving away fish on the port's edge at the time of landing. As a result of the diminishing harvests of the most profitable species on the market, fishermen and fisherwomen who work in the estuary find it difficult to maintain their social reproduction. In this way, as well as an custom of solidarity and mutual aid, the "kial" has also become a commercial practice used as a strategy to overcome the financial difficulties of these people and guarantee their subsistence in the face of the hardships of artisanal fishing.

KEYWORDS:

Anthropology of fishing. Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve. Artisanal fishing. Reciprocity.



RESUMEN:

Este artículo reflexiona sobre una práctica aparentemente libre llevada a cabo por pescadores, pescadoras y residentes de la comunidad de Vila dos Pescadores, Reserva Extractiva Marina de Caeté-Taperaçu, en el municipio de Bragança, en la costa del estado de Pará: el “kial”, que puede resumirse como el acto de pedir y regalar pescado en la orilla del puerto en el momento del desembarque. Como consecuencia de la disminución de las cosechas de las especies más rentables en el mercado, los pescadores y pescadoras que trabajan en el estuario tienen dificultades para mantener su reproducción social. De este modo, además de un acto de solidaridad y ayuda mutua, el “kial” se ha convertido también en una práctica comercial utilizada como estrategia para superar las dificultades financieras de estos actores y garantizar su subsistencia frente a las penurias de la pesca artesanal.

PALABRAS CLAVE:

Antropología de la pesca. Reserva Extractiva Marina de Caeté-Taperaçu. Pesca artesanal. Reciprocidad



INTRODUÇÃO

O extrativismo marinho e a pesca artesanal se configuram como as principais atividades econômicas da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, estado do Pará. O município, além de ser um dos três principais polos pesqueiros do estado (Sales; Furtado Júnior; Holanda, 2021), é atravessado pela maior faixa contínua de manguezal do planeta, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (2018), tendo em suas margens comunidades pesqueiras estuarinas que dependem do ecossistema de manguezal para seu sustento e a continuidade da sua reprodução social.

A Vila dos Pescadores, na praia de Ajuruteua, é uma dessas comunidades. A pesca artesanal, além de manter a economia local, é responsável pela construção dos aspectos socioculturais do grupo. Contudo, com a modernização das tecnologias pesqueiras, a facilidade de acesso através da rodovia PA-458, o aumento de embarcações e empresas de pesca e a superexploração dos recursos pesqueiros, pescadores e pescadoras locais têm enfrentado uma diminuição das safras de espécies mais rentáveis ao mercado, sobretudo nas pescarias realizadas dentro do estuário e próximas à praia.

As problemáticas supracitadas provocam alterações nos modos de vida da comunidade e dificultam a sua reprodução social. Inserida nesse processo de mudanças, está a prática de partilhar o peixe a quem o pede na beira do porto no momento do desembarque, atividade denominada localmente de *kial*, realizada por pescadores e pescadoras ao retornarem da pesca.

A prática do *kial* se configura como parte da dinâmica dos moradores. Dar e pedir o peixe na beira do porto se inserem na organização social da comunidade e contribuem para a manutenção de suas necessidades básicas, como a alimentação. Esses atos de partilha estão imbricados nas relações sociais locais e são responsáveis pela continuidade dessas relações. A troca e o empréstimo de apetrechos de pesca, de embarcações, a realização de serviços, a transmissão de saberes entre os moradores, assim como o *kial*, são práticas observadas durante a pesquisa na localidade e na fala dos/das interlocutores/as.

O *kial* demonstra ser uma característica das relações de reciprocidade nas quais os/as moradores/as da comunidade estão envolvidos, e por meio das quais os vínculos de amizade e de parentesco são fortalecidos, e laços sociais são formados, gerando um sentimento de moralidade entre os habitantes (Mauss, 2017). Essas “relações de reciprocidade”, destacadas por Eric Sabourin (2011b), Evandro Cardoso Nascimento e Eric Denardin (2017), são atravessadas por sentimentos de ajuda mú-



tua, solidariedade e compartilhamento. Por outro lado, a modificação da atividade pesqueira artesanal e as alterações sociais, econômicas e ambientais que a comunidade vem enfrentando ao longo dos anos (Maneschy, 1993) refletiram na forma como o *kial* é realizado atualmente, prática que agora é, também, regida pela dinâmica do mercado capitalista e pela troca mercantil capitalista.

Ante esse contexto, o objetivo deste artigo é fazer reflexões sobre o *kial*, a partir da perspectiva teórica da reciprocidade e da troca, e mostrar como a diminuição das safras tem impactado nessa prática – considerada por pescadores e pescadoras como necessária para o sustento de muitas famílias locais, para a economia da comunidade e para dar continuidade à reprodução social dos moradores.

Este artigo foi pensado com base em uma monografia de mestrado em Antropologia defendida em 2022, a qual objetivou apresentar algumas considerações sobre as mudanças sociais da pesca artesanal na Vila dos Pescadores. Por não haver tempo hábil que oportunizasse aprofundar as práticas sociais locais, as relações de reciprocidade e o compartilhamento do pescado, as informações sobre o *kial* à luz do conceito de dádiva e da categoria de reciprocidade só foram elaboradas após a conclusão do mestrado.

Vale ressaltar que, através da pesquisa bibliográfica, foi observado que não há registros de textos, até o presente momento, que versem sobre o ato de pedir e dar o peixe na Vila dos Pescadores e ou em comunidades próximas. Portanto, as reflexões aqui expostas encetam pesquisas futuras sobre práticas e instituições sociais locais, as quais perpassam pela atividade pesqueira artesanal na Vila dos Pescadores e nas demais comunidades da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Bragança está inserido na região costeira da Amazônia brasileira, mais especificamente no litoral nordeste do estado do Pará, região Norte do Brasil, a uma distância de 210 quilômetros de Belém – capital do estado (Figura 1).

No contexto da atividade pesqueira, Bragança se destaca pela alta produção de pescado não apenas em âmbito estadual como nacional. Conforme Ângela Sakaguchi e Willame Ribeiro (2020), o município é considerado o terceiro principal polo pesqueiro do estado, atrás apenas de Belém e Vigia de Nazaré. Ademais, conforme entrevista realizada com o secretário municipal de aquicultura e pesca, em 2022, Bragança é o primeiro colocado na exportação de pargo (*Lutjanus purpureus*) do país, representando cerca de 70% da exportação nacional.



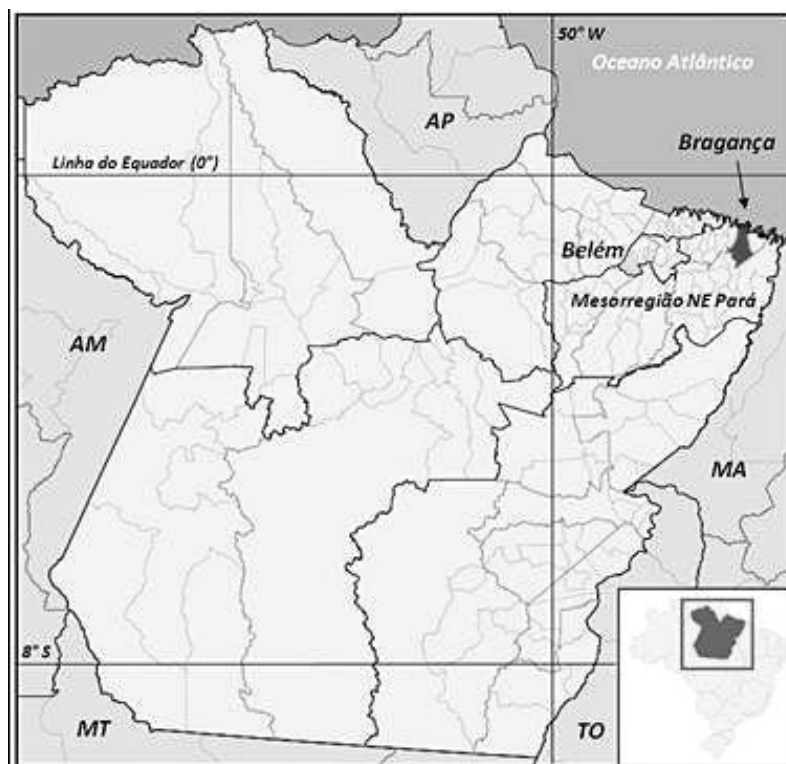


Figura 1 – Localização de Bragança no estado do Pará. Fonte: IBGE, 2014 (apud Silva; Oliveira; Souza, 2023), editado pela autora, 2024.

Além dos dados supracitados – que demonstram a importância da atividade pesqueira para a região bragantina, seja através da pesca de larga escala (também chamada de semi-industrial), seja da pesca artesanal – o município possui em seu território a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, implementada desde 2005, junto a outras quatro RESEX Marinhas do estado (Nascimento, T.; Nascimento, J., 2020). Dentre as comunidades da RESEX, está a Vila dos Pescadores, *locus* deste artigo.

A comunidade Vila dos Pescadores se localiza na praia de Ajuruteua, a uma distância de 36 quilômetros do centro urbano de Bragança pela rodovia PA-458 (Figura 2). Como já foi dito, a região possui um ecossistema estuarino e de manguezal que, de acordo com dados de 2018 do Ministério do Meio Ambiente, é considerado a maior área contínua de manguezal do mundo, com 140 mil quilômetros quadrados de extensão (Brasil, 2018).

Anteriormente à construção dessa rodovia (iniciada na década de 1970 e finalizada na década de 1990), a comunidade era conhecida como Vila de Ajuruteua, sendo a alteração de seu nome uma estratégia política adotada pelo governo da época, a partir da inauguração da estrada, como forma de incentivo ao turismo do estado (Maneschy, 1993; Oliveira; Henrique, 2018).



Figura 2 – Vista de satélite da Vila dos Pescadores. Fonte: Google Maps, 2024.

O acesso mais comum ao local é terrestre, através da rodovia supracitada, que interliga o centro urbano de Bragança à praia de Ajuruteua. Esta, por sua vez, atravessa a área do manguezal e possui em suas margens outras comunidades as quais fazem uso da RESEX e subsistem da pesca e da captura de caranguejos. A estrada é, então, o principal meio de acesso de moradores, de tiradores de caranguejo, de atravessadores, de turistas, etc. A Vila dos Pescadores é a última comunidade antes de chegar à beira-mar e possui dois locais de desembarque, o Porto da Ponte sobre o Furo do Maguari¹ (Figura 3) – na entrada principal da comunidade – e o Porto de Dentro (Figura 4).

A principal atividade de subsistência, como dissemos, é a pesca artesanal (Nascimento *et al.*, 2016), em paralelo a outras atividades de extrativismo marinho, como a extração “[...] do caranguejo e do sururu (ou mexilhão)” (Maneschy 1993, p. 5)², do siri, do turu³ e do ajiru (fruta típica da região).

De acordo com o senhor Lázaro, morador e liderança local, cerca de cem famílias habitam a Vila dos Pescadores. Contudo, pescadores de comunidades e muni-

1 Furo, nesse contexto, pode ser explicado como “travessa de um rio para o outro entre os estuários” (Abdala; Saraiva; Wesley, 2012, p. 2).

2 Embora os dados sejam antigos, essas atividades de extrativismo marinho ainda perduram na comunidade.

3 O turu é uma espécie de molusco que integra a família dos teredinídeos. É encontrado dentro das cascas das árvores do manguezal e é utilizado como componente da culinária regional.

cípios vizinhos também vão à Vila para embarcar, desembarcar ou pescar em áreas próximas.



Figura 3 – Porto da Ponte sobre o furo do Maguari – em dia de desembarque. Fonte: autora, 2022.



Figura 4 – Porto de Dentro da Vila dos Pescadores. Fonte: autora, 2022.

METODOLOGIA

De antemão, destaco que a prática de partilha do peixe foi apresentada na forma de um capítulo da dissertação de mestrado, o qual objetivou mostrar como o *kial* está inserido na organização da comunidade Vila dos Pescadores e de que forma

as problemáticas sobre a atividade pesqueira artesanal afetam a continuidade dessa prática.

A pesquisa se baseou na perspectiva etnográfica com abordagem qualitativa. De acordo com Mirian Goldenberg (2020), “os pesquisadores que adotam uma abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências [...]” (Goldenberg, 2020, p. 16). A autora explica que tal modelo se preocupa, principalmente, “[...] com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (ibid. p. 14).

As visitas à localidade iniciaram no final do ano de 2020 (ainda em período pandêmico da Covid-19) e finalizaram – oficialmente – no início de 2022. O intuito foi observar e analisar as mudanças socioculturais da pesca artesanal, compreender quais são as problemáticas enfrentadas pelos sujeitos locais e as consequências geradas por tais modificações – observações estas que construíram a monografia do mestrado. Assim, as informações para a construção deste artigo foram obtidas através das anotações da pesquisa de campo e das transcrições das entrevistas, realizadas com moradores da Vila dos Pescadores que atuam ou atuaram diretamente na atividade pesqueira artesanal e com outros atores sociais que estão inseridos no contexto da comunidade, como no caso da Gleice, bióloga e moradora da praia de Ajuruteua.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas – respondidas entre conversas e trocas de informações –, e a partir da observação de algumas atividades locais, a exemplo do desembarque pesqueiro e do reparo de redes de pesca. Para tanto, foi necessária a utilização de gravador de voz e câmeras fotográficas – com a permissão prévia dos/das interlocutores/as. Ao todo, onze pessoas participaram da pesquisa: sete pescadores, duas pescadoras/marisqueiras, uma moradora da comunidade do Bonifácio (adjacente à Vila dos Pescadores), o vice-representante da Colônia de Pescadores Z-17 de Bragança e o Secretário da Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca.

No que concerne especificamente ao *kial* – foco deste artigo –, as análises só começaram a tomar forma no período final do curso, em constantes releituras das entrevistas com determinados/as interlocutores/as, e em conjunto com trabalhos que se baseiam nas temáticas da dádiva, reciprocidade, solidariedade e ajuda mútua em comunidades pesqueiras e tradicionais. Contudo, somente após a conclusão do mestrado, as reflexões foram elaboradas com maior densidade, e agora se aprimoram neste artigo.



O KIAL

Uma breve história do nome *kial* foi narrada pelo senhor Lázaro. Ele relata que antigamente as pessoas que pediam o peixe eram chamadas de “vassoureiras”; fazer “vassoura” correspondia a fazer *kial*.

Kial era quando tinha as pescarias de zangaria, e quando as pessoas iam pra zangaria, pro lanço de zangaria, tinham as pessoas que não participavam da turma da pescaria da zangaria e iam ‘vassourar’ peixe, ia fazer ‘vassoura’, diziam ‘vassourar’. E aí, foi criado esse nome de *kial* por um senhor que era encarregado de uma turma de zangaria. O nome dele é Augusto Martins, mais conhecido por ‘Passarico’. Então, esse *kial* foi inventado por ele. Quando os ‘vassoureiros’ chegavam lá, que eles estavam despescando, colhendo o peixe da zangaria, aí ele gritava ‘kiaaaal’. Não era mais ‘vassoureiro’, eles já estavam fazendo *kial*. Então esse nome foi criado por pescadores, essa barganha. E a origem saiu desse senhor. E ficou esse nome de *kial* aqui pra gente. Então como não se trata mais de ‘vassoureiro’, é ‘kialzeiro’, quando a pessoa vai fazer *kial* chama-se ‘kialzeiro’ (Lázaro, 64 anos, 2022).

Ante esse contexto, o *kial* se caracteriza como uma prática social realizada na beira dos portos da Vila dos Pescadores e é explicado por moradores e moradoras como o ato de pedir o peixe aos pescadores e/ou aos donos das embarcações no momento do desembarque. A moradora da Vila do Bonifácio, Gleice, resumiu essa prática de forma simples e objetiva: “*Kial* é o peixe ganhado na beira do porto” (2022). Não há, necessariamente, a obrigação da troca ou de um pagamento para obter o *kial*.

Em contrapartida, algumas pessoas contribuem no desembarque, seja para conseguir “barganhar” esse peixe com mais facilidade, seja como forma de retribuição a algum favor; ou acabam recebendo uma parte do peixe quando possuem alguma relação de parentesco e/ou amizade com os donos das embarcações ou pescadores que retornam do mar.

Assim, quando alguém fala que o peixe é de *kial*, compreende-se que foi adquirido através desses contextos, sem que seja comprado ou pescado pela pessoa que o recebeu. Na fala do senhor Lázaro, a explicação é a seguinte: “Aqui, não vou dizer que vou pedir um peixe, eu digo ‘me dá um *kial*?’. O significado do *kial* é que você não paga nada. Como se fosse uma barganha” (Lázaro, 64 anos, 2022, grifo nosso).

Uma das questões surgidas no decorrer da pesquisa foi o porquê dar o peixe se vender pode ser, financeiramente, mais lucrativo aos pescadores, visto que as problemáticas da sobrepesca e da diminuição das safras interferem na obtenção de renda desses sujeitos. Contudo, de acordo com Maria Cristina Maneschy (1993), a prática da partilha está imbricada na dinâmica organizacional dessa comunidade. A autora explica que os pescadores, no momento da despesca, contavam com a colaboração,



além da família, de demais membros da comunidade. E, ao final do processo, além da divisão do lucro, havia a partilha de uma parcela do que era pescado, a fim de contribuir para a subsistência dos demais moradores que, por algum motivo, enfrentavam dificuldades financeiras ou estavam impedidos de pescar, por falta dos meios de produção e/ou enfermidade (Maneschy, 1993).

Essa situação pode ser compreendida como uma ajuda mútua entre os indivíduos do grupo e se estabelece a partir de relações de parentesco e/ou de amizade (*ibid.*, p. 123), que ainda se fazem presentes na comunidade. Há também a responsabilidade moral/social, que perpassa o sentimento de solidariedade com aqueles que, por motivos pessoais, não podem exercer a atividade, criando relações de reciprocidade a partir de práticas (como o *kial*) que não foram “totalmente suplantadas pelas relações mercantis” (Nascimento; Denardin, 2017, p. 1).

Ainda que Maneschy não fale especificamente do *kial*, a doação de peixes citada por ela pode ser entendida como prática fundante dessa atividade. Outros relatos explicam o “fazer *kial*” a partir da perspectiva da troca. Contudo, desde já, faz-se necessário esclarecer que a maneira como o *kial* é explicado pelos interlocutores/as está muito além da lógica da troca, que poderia ser entendida como a simples “permuta de objetos” (Sabourin, 2011a, p. 30).

Tem umas *kialzeiras* [mulheres que fazem *kial*] que já têm uma ideia e dão fruta, fazem suco, *tipo uma troca*. Levam alguma coisa, beiju, farinha, essas coisas, e recebem o peixe (Sadrak, 29 anos, 2022, grifo nosso).

Quando era o período que eles estavam lavando o barco, essas coisas, o D. [marido da interlocutora] vinha, ajudava, trazia a rede [malhadeira] pra eles. Ajudava de alguma forma. Trazia suco, isso e aquilo outro. Então, quando chegava da pescaria, o peixe do D. tava garantido. Ganhava era caixada assim de peixe. Aí deixava em casa, dava pros pais dele. Se ele quisesse, ele vendia. Só que ele nunca foi de vender, então ele dava mesmo. Mas assim, *era uma via de troca*, sabe. Tem gente que vem *de fora* nesse período da safra mesmo. Quando a gente teve a safra mesmo [a safra em abundância], vinha gente de fora trazer manga, que tu encontra lá na cidade. Eles traziam caixadas e davam pra eles (Gleice, 30 anos, 2022, grifo nosso).

Percebe-se que fazer *kial* vai além do ato de pedir o peixe, é uma relação de ajuda mútua que ocorre, também, a partir da retribuição/troca por meio de outros produtos alimentícios ou da realização de serviços para os pescadores e/ou donos das embarcações no momento do desembarque. Como Gleice explicou, “isso já não deixa a pessoa se sentir envergonhada de estar ganhando o peixe. Ou seja, *é uma ajuda mútua*” (Gleice, 30 anos, 2022, grifo nosso).

Essa maneira de fazer o *kial* – dando algo em troca e/ou destinando à venda – foi relatada como uma característica mais recente. Antes as pessoas só pediam e utilizavam o pescado para o consumo doméstico: “Esse que faz a troca é o *kialzeiro*



moderno, porque antes eles só vinham pedir mesmo” (Sadrak, 29 anos, 2022). Gleice ratifica: “Esse ‘kialzeiro moderno’ faz o *kial* que é pra vender. O antigo era só pra comida, pra ‘boia’ mesmo. Eles chegavam e falavam: me dá o da ‘boia’ aí?” (Gleice, 30 anos, 2022).

Eric Sabourin (2011a, p. 115) esclarece que a ajuda mútua se difere da simples relação de troca, pois implica “laços sociais, sentimentais e simbólicos”. Ainda que o *kial* seja barganhado através da troca por outros produtos, existem laços e afinidades imbricados nessa relação. Dessa forma, o/a pescador/pescadora que doa compreende que todos estão sujeitos a enfrentar dificuldades em algum momento, inclusive ele/ela, principalmente porque o acesso ao recurso pesqueiro é incerto, dependente de muitos fatores que fogem ao controle de quem exerce a atividade.

O laço sentimental exposto por Sabourin é entendido pelo que o senhor Lázaro, no relato a seguir, chama de “bom senso” do pescador, pois este entende a necessidade daqueles que pedem: “[...] A pessoa que dá tem um bom senso, entende e dá o peixe pra pessoa. Não vende” (Lázaro, 64 anos, 2022).

Desse modo, o *kial* é atravessado tanto pelo sentimento de ajuda mútua e de solidariedade quanto pela lógica da troca, sem, contudo, se limitar a ela. Evandro Cardoso Nascimento e Valdir Frigo Denardin explicam que “o valor produzido na reciprocidade reside mais no ato que no resultado material, já o valor produzido na troca está no objeto” (2017, p. 423). O *kial*, portanto, é uma prática que vai além da troca de produtos, ele coexiste com ela; e contribui para a continuidade dos valores, preceitos, ideais da vida em comunidade, reforçando a relação de reciprocidade dessa prática.

Outra característica sobre o *kial* é que, atualmente, sua destinação deixou de ser apenas para consumo doméstico/familiar, uma vez que a falta de trabalho e renda de algumas famílias leva esses sujeitos a comercializarem o peixe ganhado. Os moradores explicam que o destino do *kial* depende da necessidade e do interesse de cada pessoa, e ainda da situação em que ela se encontra naquele momento.

Fica a critério da pessoa [o destino do *kial*]. Pra quem tá sem renda, ele faz a venda e passa a ser o marreteiro [também conhecido como atravessador]. No último desembarque que fiz *kial*, tirei 170 reais. E nem foi uma quantidade grande, foi só um *kialzinho* (Sadrak, 29 anos, 2022).

Sem falar que quando tu pega o peixe aqui do pescador, já tem alguém ali na frente te esperando pra comprar. Por isso que tem os *kialzeiros*. Muitos *kialzeiros* levam pra casa, mas outros vivem disso, é uma renda. Quer ver ganhar dinheiro com *kial* é quando ‘se dá’ [tem afinidade] com os barqueiros tudinho, né. Ganha dinheiro. Tipo, se tu é o barqueiro, a pessoa que te conhece chega e pergunta: ei, Adriana, me dá um peixe aí? Aí tu vai lá, e não vai dar só um peixe, tu dá uma sacola. E uma sacola daquela média dá no mínimo uns 5 quilos [de peixe]. Aí ele [o *kialzeiro*] já vai ali, vende e vai com



outro [barqueiro] e pede: ei fulano, me dá um peixe aí? Aí o fulano também não dá só um peixe; e nisso eles vão vendendo e tirando um dinheiro (Gleice, 30 anos, 2022).

O pescador Zeca comenta que, devido às problemáticas enfrentadas pela diminuição das safras dentro do estuário, muitos pescadores e pescadoras (incluindo ele), precisam buscar estratégias para manter o sustento familiar, e, quando não estão pescando, fazem outros serviços ou encontram outros meios de suprir as suas necessidades de subsistência. A venda do peixe ganhado acaba sendo parte dessas alternativas, pois, ainda que haja outras atividades de extrativismo, como a extração de caranguejo, de siri, de ajiru, etc., o retorno financeiro adquirido por meio delas nem sempre é suficiente para a manutenção familiar.

A comercialização do *kial* reflete a dificuldade na atividade pesqueira a qual a comunidade enfrenta. A diminuição das safras de espécies mais rentáveis ao mercado é um dos agravantes dessa situação, especialmente aos pescadores e pescadoras que trabalham dentro do estuário e/ou próximos à praia, pois, em geral, não possuem o mesmo nível de tecnologias pesqueiras das embarcações maiores, com maior poder de captura.

A partir da fala dos/das pescadores/as, foi observado que, antigamente, há cerca de quarenta, cinquenta anos, as safras pesqueiras eram abundantes, e havia menor concorrência na atividade, sendo também menor o número de habitantes na região. Tais relatos são semelhantes aos expostos na pesquisa de Maneschky, que testemunhavam que a abundância das safras pesqueiras permitia “[...] que entre eles fosse mais difundida a prática de doarem peixes como uma ajuda àqueles que não tinham, por alguma razão, arranjado o alimento” (1993, p. 61).

O processo da pesquisa de campo também apontou que o ato de partilhar o peixe demonstra ser uma característica da dinâmica organizacional de outras comunidades e grupos pesqueiros artesanais da região e até de outros municípios do Pará, como observado no relato do senhor Lázaro (2022): “Tem vários outros lugares que têm, que nem Vigia, que é ‘arroz’ que chamam, que é o mesmo sentido, não comprar, é pedir, fazer o ‘arroz’; pra Bagre tem outro nome”.

O vice-representante da Colônia de Pescadores de Bragança (Z-17), senhor Cariolano, não conhece o termo *kial*, mas conta que no porto da Feira Livre de Bragança, no centro urbano, usa-se a nomenclatura fazer “cabrita”, que seria pedir o peixe para o pescador que chega no porto, no momento do desembarque: O que eu escuto é a ‘cabrita’. O cara diz: ‘eu vou já fazer uma cabrita lá na beirada’. Chega lá, o cara dá o peixe e a gente diz: ‘ah, ele fez uma cabrita’. [...] Chega lá no porto, pede o peixe, o cara dá. Pronto! Fez uma ‘cabrita’” (Cariolano, vice-representante da Colônia de Pescadores Z-17, 2022).



Esses atos de partilha também foram encontrados na pesquisa de Nascimento e Denardin (2017), realizada com pescadores de três vilas localizadas na Ilha do Mel, no litoral do Paraná. Infere-se que a ajuda mútua e o compartilhamento dos recursos pesqueiros são característicos de comunidades e grupos pesqueiros artesanais, para os quais a organização social ainda se mantém por relações de parentesco, amizade e parceria, dentro de um contexto de reciprocidade. Maneschy considera que, na Vila dos Pescadores – e arrisco dizer que em outras comunidades e grupos pesqueiros artesanais –, “a ajuda mútua é também uma condição de reprodução social, o que os leva a determinadas práticas de colaboração que são essenciais à sua manutenção” (1993, p. 122).

O *kial*, como foi observado, está diretamente relacionado com a pesca, e depende dela para a sua continuidade. Assim, com as problemáticas advindas do aumento da concorrência pesqueira e da sobrepesca, o ato de partilhar o peixe é, de alguma forma, afetado, pois se o recurso não supre as demandas daquele/a que está diretamente ligado/a ao processo de produção da pesca, suprirá ainda menos àqueles que pedem o peixe para sua subsistência. Esse cenário não apenas afeta a economia local como também influencia em elementos da tradição pesqueira da comunidade, a exemplo da ajuda mútua e do compartilhamento, que podem comprometer outras formas de reprodução social local.

BREVE REFLEXÃO TEÓRICA

As veredas teóricas que sustentam as reflexões deste trabalho buscam minimamente explicar o funcionamento de uma prática aparentemente livre ocorrida na Vila dos Pescadores, o *kial*, como ato de dar e receber peixes entre pescadores/as e moradores, inserido na organização social dessa comunidade.

No debate realizado por Marcel Mauss (2017) sobre as dádivas, ele observa que nelas, para além da aparente espontaneidade de dar e receber, existe todo um conjunto de trocas, compartilhamentos e obrigações, os quais se estabelecem pela tríplice dar-receber-retribuir, ou seja, um princípio de reciprocidade, o qual firma entre os indivíduos do grupo o que o autor chama de contratos sociais.

O *kial* pode ser inicialmente entendido como um ato de solidariedade entre os moradores/as, do pescador e/ou pescadora que “doa” para o morador/a que pede (recebe) o peixe. No entanto, nessa “doação” parece haver uma certa obrigação moral de dar o peixe aos/às mais necessitados/as, diante da escassez dos recursos pesqueiros, pois compreendem-se as problemáticas, os desafios e a sazonalidade da pesca artesanal, que, em determinados momentos, impossibilitam outros profissio-



nais de exercerem a atividade e/ou de obterem um retorno financeiro que supra as demandas desses atores sociais.

Para Mauss, as dádivas são construtoras de moralidade e estabelecem alianças (Lanna, 2000), contratos sociais; por conseguinte, constroem relações e se mantêm por meio delas. A partilha e a troca de recursos pesqueiros, bens e serviços na Vila dos Pescadores, como o *kial*, por exemplo, são mais propícias a ocorrer se já há uma proximidade, seja por parentesco ou amizade, entre os indivíduos – o que não exclui a ocorrência dessas trocas entre pessoas sem tais afinidades.

Ainda que essas dádivas se configurem em um contexto de moralidade e, em princípio, de solidariedade, elas não estão isentas de retribuição. Aliás, de acordo com Marcos Lanna (2000, p. 176), “o ato de dar pode assim se associar em maior ou menor grau a uma ideologia da generosidade, mas não existe a dádiva sem a expectativa de retribuição”, da troca entre indivíduos e/ou grupos sociais, que sustenta os contratos sociais e as alianças locais.

Com base no estudo de Mauss sobre as dádivas, Eric Sabourin buscou entender o funcionamento das relações recíprocas em comunidades rurais brasileiras, que em alguns aspectos se assemelham aos grupos pesqueiros artesanais. Para o autor, a “reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva [ou] entre pares ou grupos sociais simétricos”, pois vai além da “lógica binária que convém à troca” (Sabourin, 2011b, p. 30).

Assim, há o que o autor chama de um “Terceiro”, contido nessas relações (Sabourin, 2008), e pelo qual elas são movidas, criando laços sociais e afetivos. Esse Terceiro seria o valor da reciprocidade, o sentimento de retribuição, no qual se produz a obrigação moral de devolver a dádiva recebida. “Cada um, na relação recíproca, não tem a obrigação contratual de retribuir a ajuda, mas o faz pela obrigação moral e pela manutenção do laço social” (Nascimento; Denardin, 2017, p. 432).

Sabourin (2011b) ainda esclarece que as relações recíprocas podem ocorrer entre pares ou a partir de uma relação ternária: “As estruturas ternárias das relações de reciprocidade implicam, pelo menos, três partes nas quais o indivíduo atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo está sujeito à atuação de outro” (Nascimento; Denardin, 2017, p. 425), ou seja, um coletivo que repassa e/ou retribui o que em algum momento lhe foi “doado”.

Dessa forma, a tradição (nesse caso, da atividade pesqueira artesanal) também é atravessada pela reciprocidade, pelo sentimento de partilha e de retribuição do conhecimento e dos saberes, assim como foram, e ainda são, ensinados pelos seus predecessores, corroborando a ideia de “estrutura ternária de reciprocidade” exposta por Sabourin.

[...] A pesca é uma atividade coletiva e que [...] *produz valores econômicos e afetivos significativos*. São esses valores produzidos na pesca que ressaltam as relações de reciprocidade, tais como: o compartilhamento dos recursos comuns (mar e pescado), *a transmissão de saberes (ofícios da pesca)* e o prestígio da comunidade (identidade cultural) (Nascimento; Denardin, 2017, p. 429, grifo nosso).

Na Vila dos Pescadores, frente às tensões criadas pela sobrepesca, o peixe recebido pelo *kial*, o qual anteriormente destinava-se principalmente a atender as necessidades alimentícias de quem o pedia, atualmente tornou-se uma transação econômica: por vezes, após ser “ganhado”, esse pescado será vendido, inserindo o *kial* em uma cadeia de valor, comum na lógica mercantil/capitalista.

A modificação do funcionamento de uma prática social local decorre de múltiplos fatores que perpassam a hegemonia da lógica supracitada. No que concerne às comunidades pesqueiras artesanais, esses fatores podem ser

[...] a escassez dos recursos com a diminuição dos estoques pesqueiros gerados pela sobrepesca ou métodos inadequados; a dependência ao intermediário que conduz a exploração dos ganhos de produção do pescador, com preços variados e abaixo da sua produtividade, o que não permite sua construção histórica como produtor autônomo; a pressão dos recursos pela pesca industrial ou empresarial que produz impactos ambientais de grande monta no território da pesca artesanal; a expansão do turismo e da urbanização levando à redefinição ou descaracterização das formas de sociabilidade e estilo de vida tradicional [...] (Cunha, 2008, p. 7).

Lúcia Helena Cunha (2008) considera que tais fatores podem ser considerados como “desordens destruidoras” das dinâmicas de comunidades pesqueiras artesanais, se não estiverem articulados com as demandas dos pescadores e pescadoras locais. Por outro lado, para Nascimento e Denardin (2017), no caso da pesca da tainha na Ilha do Mel, no estado do Paraná, mesmo sendo o turismo a principal atividade econômica atualmente, as relações de ajuda mútua e compartilhamento durante o processo de captura e despesca impediram que a atividade pesqueira fosse suplantada pela lógica mercantil capitalista e do lucro, ainda que essa atividade se estabeleça também pelo sistema de troca.

Na perspectiva de Sabourin (2011a, 2011b), a troca (mesmo as mercantis/capitalistas) coexiste com os sentimentos de ajuda mútua e pelo sentimento de solidariedade e moralidade estabelecido pela dádiva de Mauss (2017), criando o princípio de reciprocidade.

Interessante que a reciprocidade não apenas coexiste com a troca, mas vem se mantendo por meio dela. Isso ocorre porque a produção é historicamente voltada para o mercado e, sem ele, a pesca provavelmente não existiria. É porque existe a troca que a tradição se sustenta, ou seja, reciprocidade e troca se complementam (Nascimento; Denardin, 2017, p. 435).



Considera-se, assim, que o *kial*, além de ser instituído pelas tradições locais e por sentimentos de solidariedade e ajuda mútua contidos na vida em comunidade da Vila dos Pescadores, tornou-se uma atividade econômica regida tanto pela troca, que convém à lógica mercantil capitalista, como por relações de reciprocidade estabelecidas por elementos da tradição pesqueira local.

A CONTINUIDADE DO KIAL

Uma das questões a se refletir neste artigo é: se há uma superexploração dos estoques pesqueiros, e as safras não estão atendendo as demandas básicas de quem realiza a captura, ainda será possível, diante de tais problemáticas, realizar o *kial*? Conforme a narrativa de alguns interlocutores/as, se não há uma safra que supra a necessidade de quem realiza a pesca, a doação do peixe pode ficar comprometida, interferindo na reprodução social dos/as moradores/as e levando a mudanças significativas no grupo.

Na análise da pescadora Dayana, o *kial* é citado como um dos aspectos mais afetados na comunidade diante das dificuldades sobre a pesca artesanal, a exemplo da diminuição das safras. Ela explica que, para aqueles pescadores e pescadoras de dentro (do estuário) ou do canal, o resultado das pescarias nem sempre é suficiente para comercializar; e quando isso ocorre, o que capturam é reservado para o consumo próprio, impedindo que possam compartilhar com os mais necessitados.

Que nem quando a gente vai pescar, uma comparação, se a gente matar um paneiro de Pratiqueira [*Mugil Curema*], chegar na nossa canoa e alguém dizer: 'fulano, me venda ou me dê 1 quilo, 2 quilos', assim, mãe de família, pai de família, a gente diz: não, não vou te vender, leva pra ti comer. Aí, se a gente matar pouco, se eles vierem, a gente diz: 'ah, tem só pra comer', aí já não passa pra eles (Dayana, 30 anos, grifo nosso, 2021).

Maneschy menciona que “a manutenção das relações de solidariedade entre os pescadores [...] é fundamental para a reprodução da comunidade” (1993, p. 93); e se essa relação é interrompida ou impedida, os moradores são compelidos a recorrer a práticas que talvez fujam da sua lógica organizacional, ameaçando a continuidade de determinadas práticas locais e os deixando ainda mais dependentes da lógica mercantil capitalista.

Elder, pescador e técnico em pesca na Secretaria de Aquicultura e Pesca de Bragança, menciona que, em sua percepção, essa foi uma das práticas que mais sofreu mudanças com as dificuldades encontradas na pesca. Ele relata que a doação de peixes outrora era muito maior, pois o resultado das pescarias era suficiente para



comercializar e doar aos demais membros da comunidade. Entretanto, a diminuição das safras de espécies mais rentáveis ao mercado e o aumento da concorrência pesqueira impedem, por vezes, que essa prática ocorra, interferindo na alimentação das famílias que necessitam do *kial* para suprir a falta de recursos.

[...] não fica aquela quantidade grande de peixe desembarcada no porto como era antes. Quer dizer, desembarcava no porto e por mais que a maior parte saísse pra exportação, sempre ficava ali uma grande quantidade pra ajudar o povo que tava lá, que precisava, que a gente chama de *kial*, não sei se você já ouviu isso: *que é chegar na beira e pedir um peixe pra comer*. Então, isso ajudava muito as pessoas, principalmente as de baixa renda, de menor poder aquisitivo, que não tinha condições de comprar o peixe; já ia lá e arrumava pra comer. E agora não tem.

Então, hoje, quando eles estão pro mar pescando, se a gente for lá na beirada comprar ou pedir um peixe, dificilmente a gente vai achar. A produção, como está bem pequena, tudo que chega rapidinho sai. Isso eu acho que tem influenciado bastante nessa questão sociocultural da nossa comunidade (Elder, 37 anos, grifo nosso, 2021).

Além do *kial*, importa destacar que a relação de ajuda mútua e de reciprocidade em outras atividades locais também está sendo afetada. Dayana relata que seu marido e ela, em algumas pescarias, convidam outros membros da comunidade para participar do processo de produção, a fim de dividir parte do lucro e oportunizar trabalho àqueles que precisavam se manter financeiramente.

Assim, como dava bastante peixe nos curral, então a gente convidava assim alguns pessoal da comunidade pra ajudar a gente a utilizar aquele peixe, sabe. Pra aviar ele. Então a comunidade tava ganhando. Tava ganhando! E se o peixe não dá, a gente não tem como pedir ajuda e não tem como a gente ganhar dali. Que a gente depende dali, se ter, a gente tem, se não ter, a gente perde.

[Pergunta da autora:] Mas eles ganhavam o peixe?

Não, era dinheiro que a gente pagava eles. Trazia renda pra eles e pra gente também. Que a gente passava pra outras pessoas, vendia. Como tem pouco peixe, o que a gente arruma nem toda vez a gente dá pra passar [vender]. A gente come (Dayana, 30 anos, 2021).

No relato de Dayana o processo de comercialização do pescado pode ser feito em conjunto com outros membros da comunidade quando as safras são abundantes. Se há, entretanto, a diminuição dos estoques pesqueiros, o/a pescador/pescadora fica impossibilitado/a de dividir os lucros da produção e de partilhar o peixe. Com isso, a relação de ajuda mútua é interrompida, interferindo em um aspecto necessário para a organização da comunidade e evidenciando a precarização das condições de subsistência das famílias por meio da atividade pesqueira artesanal, uma vez que a principal fonte de renda da comunidade está sendo afetada.

Raymond Firth destacou que, em sociedades camponesas, há “códigos e valores” que moldam a organização social local, e seus atores sociais os “consideram



profundamente importante[s]” (1971, p. 103-104). Esses “elementos da organização social” apontados pelo autor estão interligados dentro da lógica de funcionamento dessas comunidades, sendo que uma alteração em um desses elementos é capaz de modificar todos os outros, alterando a sua organização e reprodução social (Firth, 1971).

Essa situação se assemelha à vivenciada pela Vila dos Pescadores. As mudanças ocorridas no *kial* e nas relações de ajuda mútua, compartilhamento e reciprocidade estariam, portanto, relacionadas sobretudo às modificações do cenário pesqueiro, afetado por fatores externos, a exemplo da modernização das tecnologias pesqueiras com maior poder de captura; a pressão da frota semi-industrial, que tem acesso maior às novas tecnologias; a redução dos estoques pesqueiros a partir da sobrepesca, etc.

Dessa forma, percebe-se que esses fatores corroboram a ideia de Cunha (2008), quando explica que, se não houver uma relação dialógica entre a lógica organizacional de comunidades tradicionais pesqueiras e a modernidade (característica do processo mercantil/capitalista), esta última continuará a se sobrepôr aos interesses e aspectos da reprodução social de pescadores e pescadoras artesanais, reforçando a sua hegemonia sobre esses grupos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou fazer reflexões acerca de uma prática social aparentemente livre realizada na Vila dos Pescadores, na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu: o *kial*, que se resume em pedir e doar o peixe na beira do porto no momento do desembarque. Foi observado que esta prática está inserida na lógica organizacional da comunidade e imbricada na pesca artesanal, dependendo dela para a sua continuidade.

O compartilhamento de peixes, em um primeiro momento, demonstrou ser um ato de doação a quem pede, feito por pescadores e donos de embarcações, movidos por sentimentos de solidariedade e ajuda mútua. Contudo, após algumas observações, foi possível pensar o *kial* a partir da lógica da dádiva de Mauss, pois ele estabelece relações de reciprocidade, segundo a qual há uma obrigação moral de dar o peixe a quem necessita, criando contratos sociais entre os sujeitos.

Por estar inserido em parte do processo da pesca artesanal (a despesca e o desembarque), o *kial* também vem sofrendo as intempéries vivenciadas nessa atividade, ocasionadas pela superexploração dos estoques pesqueiros (a sobrepesca), pelo grande poder de captura de embarcações com alto nível de tecnologia e pelo



aumento da concorrência pesqueira, tanto por pescadores de outros municípios que vão pescar na região como por grandes embarcações que fazem a captura em larga escala mais longe da costa e impedem que determinadas espécies entrem no estuário.

As problemáticas supracitadas refletem nos modos de reprodução social da comunidade; e o *kial*, antes construído a partir de sentimentos de solidariedade e ajuda mútua, agora coexiste com a lógica da troca mercantil, sendo barganhado em troca de outros produtos. Em parte, transformou-se em uma transação comercial, pois o peixe ganhado agora é, também, comercializado – uma estratégia de subsistência de moradores e moradoras que se encontram impedidos/as de realizar a captura e/ou que enfrentam dificuldades financeiras.

Essa ressignificação do *kial* demonstra que, embora a comunidade resista às ameaças à pesca artesanal, o cenário atual é de preocupação entre os pescadores e moradores da Vila, o que levanta outras questões, como a insegurança alimentar desses sujeitos, a falta de políticas públicas e políticas de incentivo que atendam as demandas dos pescadores e pescadoras com menor poder e tecnologia de captura, e a forma como os órgãos públicos responsáveis pela proteção e fiscalização da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, a exemplo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), estão atuando para sanar essas problemáticas e garantir a continuidade de práticas sociais locais.

Como dito anteriormente, este artigo fez reflexões sobre o *kial* a partir da categoria de reciprocidade e do conceito de dádiva. Contudo, ainda carece de aprofundamentos teóricos/metodológicos, a partir da perspectiva antropológica, para que se construam análises mais consistentes sobre a atividade pesqueira da Vila dos Pescadores e as práticas locais de partilha. Desse modo, este artigo é um prelúdio da minha tese de doutorado, que tentará esclarecer todas as questões levantadas no texto e analisar se a prática do *kial* se constitui como uma instituição social local que surge no âmbito da atividade pesqueira artesanal ou se é parte de uma instituição social maior, pela qual as relações de reciprocidade são formadas, e que resultam em práticas locais de solidariedade e de ajuda mútua.



REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu**: Volume II - Planejamento das Unidades. Brasília: ICMBio, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas dos manguezais do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018. 176 p.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Diálogos de saberes entre tradição e modernidade: ordens e desordens. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., Porto Seguro, BA, 2008. **Anais [...]**. Brasília: ABA, 2008.

FIRTH, Raymond. **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2020.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 14, p. 173-194, 2000.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA/CFCH, 1993.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; DENARDIN, Valdir Frigo. Malhas de reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel – litoral do Paraná. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 421-437, 2017.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis do; DIAS, Eliza de Cássia Sousa; SOUZA, Terezinha de Jesus Lima de; CARDOSO, Sérgio Ricardo; BARBOSA, Roberta Sá Leitão. Técnicas e saberes imbricados na arte da pesca de curral em uma reserva extrativista marinha da Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, PA, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2016.

NASCIMENTO, Thaylana Pires do; NASCIMENTO, Josinaldo Reis do. Participação social nos processos de criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – PA, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, PA, v. 3, n. 1, p. 129-154, 2020.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Cunha; HENRIQUE, Márcio Couto. No meio do caminho havia um mangue: impactos socioambientais da estrada Bragança-Ajuruteua, Pará. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 497-514, abr./jun. 2018.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011a.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v 13, n. 27, maio/ago. 2011b.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008.



SAKAGUCHI, Ângela Kaori; RIBEIRO, Willame de Oliveira. A atividade pesqueira e a centralidade urbano-regional de Bragança/PA. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 27, n. 51, p. 177-207, 2020.

SALES, Abner Dias; FURTADO JÚNIOR, Ivan; HOLANDA, Francisco Carlos Alberto Fonteles. Levantamento e caracterização da frota pesqueira na região de Bragança, estado do Pará - Litoral Amazônico, Brasil. In: CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dioniso de Souza; HOLANDA, Francisco Carlos Alberto Fonteles (org.). **Engenharia de pesca: aspectos teóricos e práticos**. Guarujá, 2021. 2. v., p. 165-180.

SILVA, Zanúbia Oliveira; OLIVEIRA, Francisco Pereira; SOUZA, César Martins. Memórias da construção da Rodovia PA-458 de Bragança para Ajuruteua, nordeste do Pará, Costa Amazônica Brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 37, n. 108, p. 31-50, 2023.

